

ÍNDIOS

Esses gaviões estão bem de vida

Eles exportam castanha-do-pará e ganham um bom dinheiro. E estão cobrando uma indenização de Cr\$ 83 milhões da Eletronorte

—SÉRGIO BUARQUE DE GUSMÃO—

"Este ano pegamos 1,05 milhão de cruzeiros de adiantamento dos exportadores e entregamos 1.500 hectolitros de castanha. Depois fechamos contrato para vender mais 500 hectolitros e temos outros 300 para vender a preços de mercado." O executivo faz a soma final, afaga sua calculadora eletrônica e admite: "É, nossa situação não está ruim". De fato, só a safra deste ano, que acabou agora em maio, renderá uns 2 milhões de cruzeiros.

O executivo chama-se Pyrkre Jimokre Irare. Seu apelido é Cutia. O escritório, uma choupana de palha,

lara Ferraz



Chefe Kokrenun: de gravador

onde contrastam a luz elétrica, o aparelho de som, o relógio Seiko e os maços de Hilton. Mas o contraste maior é a estampa do executivo: longos cabelos esparramados pelas costas e um sumário calção que deixa à mostra seu corpo pintado com tinta de jenipapo.

Cutia é o ministro dos negócios da Comunidade Indígena Parakatejê, tribo dos índios gaviões, no município de Marabá, no Sul do Pará. Esses índios são personagens raros, talvez inéditos, da saga trágica dos indígenas

do Brasil: estão vivos e bem de vida. Graças à sua altivez, independência em relação à Fundação Nacional do Índio (Funai) e sobretudo graças à castanha-do-pará que coletam em suas terras. Trata-se de uma amêndoa produzida por uma gigantesca árvore nativa, de elevado teor nutritivo e sabor apreciado na Europa e Estados Unidos, para onde é exportada, atualmente, a 1.500 cruzeiros o hectolitro — a medida tradicional da região.

O gravador do chefe. Reduzidos hoje a 152 pessoas, a maioria crianças, os gaviões vivem numa pequena localidade a 30 quilômetros da cidade de Marabá. Têm luz elétrica própria, uma perua Toyota e nas choupanas de palha e chão batido vêem-se rádios, gravadores, fogões a gás — além de um televisor em cores entronizado na casa dos solteiros. A casa de alvenaria pertence a Kokrenun, o grande líder dos gaviões. Altivo, fita vermelha prendendo os cabelos, bíceps de boxeador, o chefe fuma cigarros Charm. Tem, quem sabe, uns 50 anos. Sua autoridade é indiscutível, tanto entre os jovens, acostumados à relação com os brancos, como entre os que preservam os hábitos tradicionais.

Na verdade, Kokrenun é um elo entre os dois mundos. Surpreende quando aparece para dar entrevista trazendo seu próprio radiogravador Aiko. Testa o som, manda secamente a mulher trocar as pilhas e, sob silêncio absoluto, conta a história dos gaviões — história de lutas, do tempo em que a tribo decomps-se em conflitos sangrentos a ponto de a facção de Kokrenun quase se extinguir pelos próprios "caboclos", expressão que ele usa para os índios. Eles chamam os brancos de *cupen*, isto é, não-índio.

A Mãe Maria. O contato dos gaviões com o *cupen* foi iniciativa de Kokrenun, por volta de 1955. "Caboclos mataram meu pai, minha mulher e eu falei: vou aparecer pro *cupen*. *Cupen* pode me matar, mas não quero mor-



Cutia, ministro dos negócios da comunidade, calcula a safra: "Ganhamos Cr\$ 2 milhões, não está ruim"

rer na mão do caboclo." O grupo mostrou-se então a uma equipe de sertanistas do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e foi levado para a cidade de Itupiranga. A fome e as novas doenças mataram quase 70% da tribo, a ponto de Kokrenun achar que os gaviões iam acabar. Sua tocante reação: doou os índios órfãos a missionários e famílias da região. Pelo menos esses sobreviveriam, pensou.

Divididos em grupos rivais, os gaviões passaram a trabalhar para donos de castanhais até que em 1966, para liberar terras a fazendeiros e estradas, a Fundação Nacional do Índio, que substituiu o SPI, resolveu reunir a tribo numa reserva que lhe fora doada, em 1943, pelo governo do Pará. Era o famoso "castanhal dos índios" que o SPI arrendava a exploradores de castanha. Com 49 mil hectares, a reserva tem o nome de um igarapé, Mãe Maria.

Peões da Funai. Pouco mudou na vida dos índios. Passaram a ser peões da Funai, mão-de-obra semi-servil. Coletavam a castanha, a Funai exportava e ficava com o dinheiro. O chefe do posto da Funai, um certo Osmundo, proibiu as festas tradicionais, dividiu as famílias, prestigiou um chefe biônico que endossava seus métodos. Os desobedientes eram punidos com prisão domiciliar.

No governo Médici o então presidente da Funai, general Bandeira de Mello (que está para os índios como o coronel Erasmo Dias para os estudantes), quis transformar as aldeias em empresas. No caso dos gaviões,

inventou-se um Projeto de Desenvolvimento Comunitário, e coube à Universidade de São Paulo destacar a antropóloga Iara Ferraz para fazer o plano.

A revolta da aldeia. Foi a sorte dos gaviões. Amiga dos índios, Iara ajudou-os a se livrarem da tutela da Funai. Era a mão que os gaviões esperavam — e deu-se a revolta. Em 1975 os índios mandaram o órgão oficial às favas e assumiram a administração dos castanhais.

Tutelados não pagam imposto

Apesar de sua autonomia real, os gaviões permanecem atrelados à tutela da Funai da mesma forma que o filho menor depende do pai. Só com autorização da Funai eles podem abrir contas em bancos e assinar contratos com os exportadores de castanha. A vantagem dos gaviões é que o chefe do posto da Funai em sua aldeia foi escolhido por eles e não cria problemas. Qualquer índio pode requerer à Justiça a liberação da tutela, desde que tenha mais de 21 anos, uma profissão, conheça o português e entenda "razoavelmente os usos e costumes da comunhão nacional". A emancipação de uma tribo inteira só pode ser autorizada pelo presidente da República. Mas, para os gaviões, talvez não seja bom negócio. Como índios, eles não pagam impostos.

Os gaviões criaram então a Comunidade Indígena de Parakatejê (*parakatejê* significa "os índios de baixo", em relação ao rio Tocantins) e foram a Belém negociar diretamente com os exportadores de castanha. A primeira safra rendeu 300 mil cruzeiros. A de 1978, 1 milhão.

A aldeia se transformou. Duas peruas — uma Toyota e uma C-10, depois vendida — levavam os gaviões a todo lugar, para gastar o dinheiro ou resolver negócios. Era comum comerem em restaurantes. Montaram uma cantina, para abastecer a aldeia com açúcar, café, óleo, e contrataram peões *cupen* para fazer a roça de arroz, mandioca e batata-doce.

A divisão da renda. Do Bradesco compraram letras de câmbio e do Banco do Brasil receberam inúmeras e insistentes propostas de empréstimos. Em 1977 aceitaram 250 mil cruzeiros, mas só tiraram do banco 160 mil. Após uma safra ruim no ano passado, os gaviões recuperaram-se agora com uma renda bruta superior a 2 milhões de cruzeiros. E suas contas são disputadas pelas seis agências bancárias de Marabá.

O Banco do Brasil quer financiar uma criação de gado para os gaviões. Animados, no início do ano eles contrataram um empreiteiro para formar 138 hectares de pasto, mas o homem fugiu com os 174 mil do pagamento. Os índios não aceitaram o prejuízo: ocuparam a casa do empreiteiro e a alugaram. E decidiram que nunca mais contratariam trabalhadores *cupen*.

Na mesma medida em que a produção é coletiva, a renda é apropriada mais ou menos igualmente por todos. No início da safra cada família recebe uma antecipação e, ao final, rateia-se o lucro — deduzidos os gastos de custeio da safra, da cantina e uma quantia de investimento. É na cantina que a comunidade se expressa. As famílias retiram o que querem, sem pagar nada. Um encarregado apenas anota o que falta. Não há abusos? “Não, cada um tira o que precisa”, explica Raimundo, o ministro do abastecimento.

Índios, apesar de tudo. O que torna mais rica a experiência dos gaviões é o fato de o bem-estar material não lhes ter degradado a vida. Ao contrário.



Carlos Duarte

Na choupana, a TV em cores

Após um período de desastre cultural, os gaviões conseguiram restabelecer tradições e se reidentificaram como índios. Não há outro exemplo disso entre os índios brasileiros.

Após a emancipação econômica, os gaviões restabeleceram a língua jê e agora a ensinam às crianças — embora o português seja a língua principal na aldeia. Os jogos de flechas, praticados pelos adultos, são acompanhados pelos garotos. E as festas voltaram ao fim de cada colheita. Pintados com tintas de jenipapo, árvore nativa, eles partem para o mato de madrugada, divididos em grupos, para a corrida das toras, por exemplo. Os membros do grupo se revezam no transporte de uma pesada tora de madeira até a aldeia. O vencedor não ga-

nhá prêmio além da alegria da vitória.

Agora os gaviões andam de cabelo longo, como sempre andaram — exceto na época em que a Funai proibiu. Tentam esquecer os apelidos colocados pelo *cupen* — Mané, Velho, Doidão — e restabelecer os antigos nomes, que designam uma função nos clãs da tribo. O nome do chefe Kokrenun, por exemplo, lhe dava o posto de principal cantador da tribo.

Mas faltam mulheres. “Estamos fazendo tudo que era da vida antiga. Eu estou gostando, porque não conhecia”, diz Krua, o ministro de transportes, responsável pela Toyota e um dos procuradores da tribo junto aos negociantes. Sensível, Krua uma vez escreveu um relatório que chamou de “A vida dura do povo” — relata os tempos em que os índios eram peões da Funai.

São histórias que alguns nem conhecem, como Aité, um dos órfãos que os gaviões doaram aos missionários num de seus períodos de depressão e depois foram buscar de volta. Recolheram todos os que haviam sido doados. “Quando Aité chegou de volta, precisava ver: malinha na mão, sapatinho engraxado, cabelo curtinho como do *cupen*, agora olha só”, diz Tiu, um índio potiguara que vive com os gaviões.

De fato, Aité mudou: seminu, cabelos longuíssimos, rosto pintado de jenipapo, integrou-se à aldeia com facilidade. Aos 16 anos, só tem uma queixa: faltam mulheres na aldeia. “É, isso é bravo”, concordam os solteiros. A tribo teve que se curvar aos fatos e admitiu que vários rapazes casassem com *cupen*, em geral camponesas cujo padrão de vida e intimidade com a natureza não se distanciam dos índios. São felizes ali.

Lucros cessantes. O grande problema dos gaviões no momento é uma quebra com a Eletronorte, a empresa do Ministério das Minas e Energia que constrói a hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. As linhas de transmissão de energia devem cruzar 19,2 quilômetros da área indígena, abrindo uma clareira de 150 metros de largura. Ao final estarão tombadas 1.150 castanheiras — a galinha dos ovos de ouro dos gaviões. Por isso eles pedem uma indenização, por conta de lucros cessantes, de 83 milhões de cruzeiros, quarenta vezes o que ganharam na safra deste ano.

Assim que o problema surgiu, há três anos, a Funai fez os índios assinarem um papel aceitando uma indenização de 3 milhões de cruzeiros. Com ajuda do advogado Dalmo Dallari, destacado pela Comissão Justiça e

Paz de São Paulo para ajudá-los, eles refizeram os cálculos de quanto deixariam de ganhar — uma castanheira produz durante cinquenta anos — mais juros e correção monetária e chegaram aos 83 milhões. “Isso é o mínimo de indenização pelos lucros cessantes”, diz Cutia. “E nem estamos pedindo indenização pela flora, caça e frutas que a Eletronorte vai derrubar e espantar”, diz Tiu, o potiguara bem-informado que estudou em Brasília. Alegam, na Funai, que ele insufla os índios.

A resistência. Mas nem precisa insuflar. Há duas semanas o novo delegado da Funai no Pará, um jovem carioca, ex-administrador de empresas, Paulo César Abreu, constatou pessoalmente o grau de conscientização dos índios. Abreu foi ameaçá-los com intervenção do Exército na aldeia caso eles tentassem impedir a instalação das linhas de energia. “Me estourou, me estourou o saco”, comentou depois o velho Kokrenun — que simplesmente expulsou o delegado da aldeia. Abreu ainda quis conciliar, convidando o chefe a ir a Brasília para falar com ministros. “Eu só trato aqui. Ministro vem aqui”, disse Kokrenun.

“Eles podem me machucar, me matar, mas não saio daqui”, garante o chefe dos gaviões. É possível, de fato, que, se tentar entrar à força, a Eletronorte enfrente a violência dos índios. Eles estão convictos de que merecem a indenização. Pediram 40 milhões de cruzeiros em casas, animais, pasto e veículos e 43 milhões em dinheiro. “A Funai”, observa o chefe, “fala que a gente vai gastar tudinho. Não. Só quando o dinheiro estiver no banco a gente decide”.

Mas o chefe Kokrenun tem planos: fazer uma nova aldeia, na tradicional forma de círculo, com um grande pátio para as conversas e decisões coletivas. Fontes da direção da Eletronorte, porém, disseram a ISTOÉ em Brasília, na semana passada, que a exigência dos índios é inaceitável e que neste fim de semana a empresa apresentaria uma contraproposta à Funai.

Ocorre que os gaviões não aceitam intermediários. “Eu espero um grande do governo vir aqui”, diz o chefe, sabendo que o tempo está a seu lado. Há quem lembre aos gaviões que a energia elétrica é um serviço de utilidade pública, de modo que eles não deveriam criar problemas. Mas Cutia responde com sua lógica de negociante: “Se o governo fosse dar energia de graça para o povo todo, a gente não fazia caso. Mas o governo vai cobrar, vai ganhar muito dinheiro...”